**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL**

**UNINTER**

**NOILMA PEREIRA SANTOS**

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

**PETROLINA**

**2016**

**NOILMA PEREIRA SANTOS**

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

 Relatório de Estágio apresentado como requisito parcial para obtenção do título de

especialista no curso de pós-graduação

 em Educação Especial e Educação

 Inclusiva, na modalidade EAD, do Centro

 Universitário Internacional UNINTER

**Profa. Me. Patrícia Carla Ferreira**

**PETROLINA**

**2016**

**1. Introdução**

A educação especial e inclusão escolar é um grande desafio que vem sendo bastante discutido ao longo dos anos, vários planos e metas foram estabelecidos para que o aluno com deficiência pudesse ser aceito no ensino regular, sabe-se que a inclusão escolar não se dá apenas pela matricula do aluno, mas pela aceitação, inserção, participação, acessibilidade e aprendizagem, ainda assim o movimento da educação inclusiva é um grande desafio na busca de uma educação que privilegie a todos. Nesse sentindo, a escola deve caminhar rumo a uma educação de qualidade para todos, assim como os professores precisam rever suas práticas, refletindo sobre o papel social na inclusão do aluno com deficiência, afim de garantir o seu acesso e a sua permanência no ensino regular. Silva (2012) acredita que para garantir o acesso, a permanência e o sucesso do aluno com necessidades especiais em sala de aula do ensino regular é preciso que a prática do professor seja baseada nas necessidades, nas potencialidades, e nos interesses desses estudantes.

A educação especial e inclusiva vem ganhando cada vez mais espaço no sistema educacional, permitindo a todos os seres com deficiência ou não estarem no mesmo ambiente escolar, mas para que ela ocorra com qualidade muito ainda precisa ser feito, as escolas ainda precisam se adequar tanto estruturalmente quanto as práticas dos professores, a caminhada para uma educação inclusiva de fato é longa, mas não é impossível, exige apenas esforço e determinação dos envolvidos. A sala de Atendimento Educacional Especializado veio para reafirmar e garantir o direito à inclusão.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva define o Atendimento Educacional Especializado:

O atendimento educacional especializado exerce a função de diagnosticar, criar e selecionar recursos pedagógicos e de acessibilidade que possibilitem espaços para a participação e interação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substituída à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (Secretaria de Educação Especial, 2008, p.15).

 O AEE (Atendimento Educacional Especializado) é o atendimento oferecido aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, de forma complementar e/ou suplementar ao ensino regular, considerando as necessidades desses alunos. Então, cabe ao professor do AEE, observar o aluno e identificar suas necessidades, e assim dependendo das limitações desses sujeitos organizar atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade a fim de facilitar o processo de construção de aprendizagem do sujeito. É importante salientar, ainda, que as atividades oferecidas pelo AEE não se configura como reforço escolar, uma vez que se diferencia daquelas realizadas na sala de aula do ensino comum. O professor deverá de forma criativa e inovadora buscar atividades e recursos que estimulem o aprendizado do aluno naquelas áreas em que ele encontra maiores dificuldades. Dentre algumas atividades e recursos do AEE tem- se a Língua Brasileira de Sinais; Ensino da Língua Portuguesa para Surdos; Código Braille; Comunicação aumentativa/alternativa; Uso do sorobã; Enriquecimento curricular; Produção e adaptação de materiais didáticos e pedagógicos; Atividades da vida autônoma.

No contexto do AEE, cabe ao professor ensinar e também utilizar os recursos de Tecnologia Assistiva (TA). A tecnologia assistiva é um recurso ou uma estratégia utilizada para ampliar ou possibilitar a execução de uma atividade necessária e pretendida por uma pessoa com deficiência. A tecnologia assistiva favorece a participação do aluno com deficiência nas diversas atividades do cotidiano escolar, vinculadas aos objetivos educacionais comuns. São exemplos de tecnologia assistiva na escola os materiais escolares e pedagógicos acessíveis, a comunicação alternativa, os recursos de acessibilidade ao computador, os recursos para mobilidade, localização, a sinalização, o mobiliário que atenda às necessidades posturais, entre outros.

O relatório justifica-se ainda pela oportunidade de reflexão na tentativa de tornar a educação inclusiva acessível a todos, cientificamente o relatório proporcionou à pesquisadora a superação de lacunas e o aprofundamento do conhecimento na área.

**2. Desenvolvimento**

O estágio que foi desenvolvido na Escola professora Adelina Almeida com duração de três meses, acontecendo um encontro semanalmente, abordou como temática nesse projeto a importância da leitura no processo de aprendizagem com o auxílio dos jogos e brincadeiras na educação especial, tendo como sujeito da pesquisa alunos com necessidades especiais, especificamente com D.I. O corpo desse desenvolvimento é constituído pela identificação da instituição, a caracterização da turma visitada, o registro do perfil da turma, o registro das observações, relato dos professores, legislação, regime e grade escolar, que serão abordados nos próximos parágrafos.

**2.1. Identificação da Instituição**

A Escola Professora Adelina Almeida, ocupa uma área de 1.028,04m². Criada pelo ato nº 532 de 24 de Fevereiro de 1969 e inaugurada em 18 de Maio de 1969, cujo nome na época foi sugerido pelo Senador Dr. Nilo de Souza Coelho, Governador de Pernambuco na época em homenagem a sua primeira professor. Em 14 de Março de 1979, é elevada à categoria de Escola de 1º Grau, e através do decreto nº 5709. Em 24 de Abril de 2007, a referida instituição é autorizada a funcionar o Ensino Médio através da Portaria da Secretaria de Educação nº 2575. Esta instituição de ensino insere-se no contexto das escolas públicas da Rede Estadual de Pernambuco, sob a jurisdição da GRE- Gerencia Regional de Educação do Sertão Médio São Francisco. A escola fica localizada na Avenida Monsenhor Ângelo Sampaio, S/N. Areia Branca, Petrolina-PE. CEP: 56.328-905. Telefone: (87) 3866-6522. Email:escolaadelinaalmeida@hotmail.com.

A Escola possui 12 salas e conta com 76 educadores funcionando em 03(três) turnos com o Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio, Programa de Correção de Fluxo-Travessia- Ensino Médio, Educação Especial nas áreas de Surdez, Cegueira e Déficit Intelectual e o Programa Mais Educação. Atendendo uma demanda de 1.122 alunos, oriundos dos bairros e localidades do município de Petrolina e outros, como Juazeiro-BA, Lagoa Grande e Casa Nova- BA. Incluindo parcerias em várias instituições de natureza municipal, estadual, federal e privada. Considerando o contexto sócio- cultural e econômico, a comunidade desta Escola não foge as especificidades da sociedade contemporânea, os estudantes são provenientes da família de baixa renda, chegando a determinada época do ano, interrompendo os estudos para trabalhar na colheita de uva, manga e tomate.

A Escola tem como missão construir ações que garantam aos jovens uma educação de qualidade, baseada na participação, cooperação, respeito, ética, atuação e inclusão, refletidos na visão de ser reconhecida como uma instituição capaz de desenvolver habilidades necessárias à formação pessoal e profissional dos estudantes. A missão e visão debruçam nos seguintes valores: educação com qualidade, parcerias, valorização dos recursos humanos, solidariedade e compromisso. Sendo assim, a escola apresenta seu PPP que apontará a direção e o caminho a percorrer para realizar com eficiência sua função educativa.

Dentre os fundamentos propostos o educador deixa de ser um repassador de conteúdos e respostas imediatas pré-determinadas, para ser um problematizador da ação pedagógica construída numa atitude dialógica com os estudantes como também com os seus colegas educadores e técnico-administrativos, portanto, cabe ao educador e a nossa escola possibilitar o acesso ao indivíduo, ao conhecimento construído numa visão interdisciplinar de forma contextualizada dos saberes acumulados pela humanidade. Participar dessa proposta requer do educador: -Domínio profundo de sua área de formação e atuação; -Formação continuada para manter-se atualizado; - Ter presente que a concepção de educação, explicitada na proposta pedagógica orienta as práticas pedagógicas; - Organização e atualização do Currículo Escolar; - Uso de práticas pedagógicas inovadoras e motivadoras que atendem para as necessidades dos estudantes; - Seleção e utilização de materiais variados, usando as tecnologias educacionais; - utilização do livro didático, apostilas, e/ou de outras produções textuais, como referencial criterioso, possível, mas não único.

**2.2. Caracterização da turma**

A turma atendida na sala de AEE é bem variada, não se teve acesso ao número total de alunos que são atendidos, eles por sua vez são alunos do ensino fundamental anos finais ao ensino médio. As deficiências atendidas são Deficiente Intelectual, Surdez, Cegueira.

O Surdo apenas utiliza-se de outra língua, mas não tem prejuízo intelectual; Cegueira não tem prejuízo intelectual, apenas faz o uso do Braille; Deficiência Intelectual tem limitações no cognitivo, em alguns casos, varia de acordo com o grau de deficiência são elas leve, severa e moderada. Na instituição estagiada há apenas 1 caso de deficiência severo e os demais moderados. Os alunos com deficiência intelectual possuem um atraso cognitivo, ou seja, apresenta certas limitações no seu funcionamento mental e no desempenho de tarefas como as de comunicação, cuidado pessoal e de relacionamento social. Estas limitações provocam uma maior lentidão na aprendizagem e no desenvolvimento dessas pessoas.

A relação entre os professores e alunos dentro do AEE é bem amigável, percebe-se a parceria entre ambos, é possível também notar que os professores que estão ali possuem boa vontade e disposição para ajudar os alunos não apenas no pedagógico. Como disse uma professora, somo mais que professores, somos amigos, conselheiros, eles confiam em nós para desabafar sobre a vida pessoal e os ajudamos como podemos.

O trabalho varia em seu desenvolvimento de acordo com a necessidade educacional do aluno, tem alguns que se utiliza de jogos didáticos para estímulo da coordenação motora, raciocínio lógico, memorização entre outros. Já alguns, vão para a sala e não querem fazer nada, ficam saindo o tempo todo até encerrar o atendimento, tem também aqueles que acham que os professores estão ali para ajuda-los em suas atividades escolares.

**2.2. Registro do Perfil da Turma (visão escolar)**

Nada consta no PPP da Escola Adelina de Almeida sobre o perfil da turma na visão escolar.

**2.4. Registro descritivo dos encontros realizados**

Em uma das aula observadas, 3 alunos surdos chegaram com o livro e caderno de Português para a professora do AEE ajuda-los na atividade passada pelo professor da disciplina. O atendimento feito se baseou nisso, parecido com reforço escolar. Além disso, a professora do AEE mostrou e explicou aos alunos os conteúdos que deverão estudar para a prova. Dessa forma, essa profissional precisa estudar os conteúdos para poder ajudar os alunos. De acordo com ela, está impregnado a cultura da sala de AEE ser vista como reforço escolar, onde os alunos surdos vão para os professores ajuda-los nas atividades e disciplinas que eles possuem dificuldades. O agravante é que os professores das disciplinas lecionadas não cedem o planejamento com antecedência para os instrutores e professores do AEE, isso acaba dificultando o trabalho e o auxílio que os alunos necessitam.

Em outro momento foi observado o atendimento dos alunos com deficiência intelectual, eles tinham um trabalho de Artes para entregar, a professora ajudou os alunos pesquisarem sobre o tema na internet. Conversaram sobre o assunto, eles falaram com suas palavras o que entenderam. A professora digitou e imprimiu o trabalho para eles e os entregaram. Depois disso, eles foram liberados do atendimento.

**2.4.1. Visitas à Escola**

 Durante as visitas à Escola Professora Adelina de Almeida, observei o andamento e o atendimento aos alunos deficientes na sala de Atendimento Educacional Especializado. Como a sala estava passando por reforma alguns atendimentos não eram feitos, tinham os pais que não levavam os alunos para o atendimento e outros alunos iam, mas n queriam o atendimento ficavam conversando e saindo da sala. No período e no horário de estágio tive a oportunidade de observar apenas 2 atendimentos um para alunos surdos, outro para alunos com deficiência intelectual.

**2.4.2. Observação da turma no recreio**

Os alunos foram observados no momento do intervalo, eles por sua vez interagem com seus colegas, mas possuem sua turma. Os alunos surdos por exemplo se juntam quase todos independente do ano que estuda em um canto do pátio para conversarem e se interagirem entre si. Os alunos com D.I. são um pouco mais retraídos, mas mesmo assim eles interagem com seus colegas. No turno que foi realizado o estágio não havia alunos com cegueira.

**2.4.3. Observação em sala de aula**

Tive a oportunidade de ir observar a turma do 8º Ano “B” onde têm 3 alunos surdos, nesse período que estive lá o professor de matemática estava aplicando um teste em dupla com a turma. A dificuldade dos alunos surdos era bem nítida, eles a todo momento chamavam a intérprete para tirar alguma dúvida ou ajudá-los. Ela por sua vez, explicava a eles que e não podia ajudá-los e que eles deviam chamar o professor para tirar as dúvidas. Eles pareciam não aceitar muito bem essa resposta, porque continuavam a fazer perguntas a ela dizendo que haviam esquecido ou não entendiam o que a questão pedia, mas em momento algum houve a interação professor-aluno. O professor por sua vez, em momento algum foi na cadeira desses alunos perguntar com a ajuda da intérprete se os alunos tinham alguma dúvida. Percebi também que ficou um dupla de surdos e outra de um surdo com uma ouvinte, a dupla de surdos questionou sobre a outra dupla e que não era justo a ouvinte fazer dupla com o surdo. A aluna ouvinte por sua vez tentava se comunicar com sua dupla surda, perguntando a interprete os sinais para poder falar com o colega e quando não conseguia pedia a ajuda da intérprete.

**2.4.4. Relato dos Professores**

Para que a inclusão escolar se torne eficaz é essencial que se invista na formação do professor, principalmente com temas relacionados as características e especificidades dos alunos com deficiência e a metodologia que atendam estas especificidades. Aquisição de tecnologias assistivas, tornar a escola acessível, acessibilidade arquitetônica, comunicacional (profissionais aprenderem Libras) e atitudinais (sensibilização dos alunos e comunidade escolar).

Nem todos os profissionais da educação estão preparados para a inclusão, o paradigma da inclusão caiu nas escolas sem os profissionais terem experiência com a pessoa deficiente, então, além dessa falta de convívio tem a não formação, haja visto que éramos “preparados para trabalhar com a homogeneidade”. Ressaltando ainda que, professor de sala comum não tem preparo para trabalhar com a inclusão, em alguns casos, esses profissionais acabam por excluir esses alunos. Não tem profissional de apoio para atender as especificidades de cada aluno. O trabalho do AEE é realizado em turno oposto e por deficiência. São 9 professores e 3 instrutores de Libras. Cada professor atende um grupo de alunos de acordo com a deficiência do aluno. São 50 minutos cada atendimento podendo variar de 1 a 3 alunos com a mesmo deficiência e de acordo com o mesmo nível de aprendizagem.

O AEE precisa fazer parte da escola, apesar de possuir um bom acervo para trabalhar com a inclusão, o atendimento não está sendo realizado como deveria. O grande exemplo são os alunos com surdez que acham que o atendimento deve ser um reforço escolar. Por isso, o atendimento aos surdos é feito mais como um apoio, pois os alunos e os pais exigem isso.

**2.4.5. Legislação Específica para a Educação Especial**

Em consonância com as diretrizes para a efetivação da escola inclusiva previstas nas políticas educacionais elaboradas no País há mais de uma década, o Ministério da Educação apresenta em 2008 o Decreto nº 6.5712 que institui o AEE. Através desse documento o Governo estrutura oficialmente o AEE, apresentando-o como “um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos, organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular”. Indica ainda que esse atendimento deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

O artigo 2º da resolução nº 4/ 2009 diz que o AEE tem função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio de disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que elimine as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem, dessa forma ele não deve ser visto como reforço escolar e o professor deve buscar estratégias, jogos e brincadeiras de maneira lúdica para se tornar atrativo aos alunos.

O artigo 5º da resolução nº 4/ 2009 diz ainda que AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou de Municípios. É significativo salientar aqui que o AEE é garantido por lei, porém ele não é obrigatório. Não sendo obrigatório, o aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e sua família poderão optar ou não pelo atendimento. Portanto, o AEE não deve ser “adotado de forma obrigatória ou como condição para o acesso ao ensino comum” (FÁVERO, 2007, p. 20).

.

**2.4.6. Regime Escolar**

Na turma do AEE, a Grade Curricular e o Regime Escolar segue o que vem do Estado, a GRE- Gerência Regional do Estado que faz as adaptações superficiais para atender a clientela.O PPP da Escola Professora Adelina Almeida fundamenta-se em uma concepção de sociedade, marcada por profundas transformações sociais, políticas e culturais, fruto do desenvolvimento acelerado pela competitividade em que o progresso científico e os avanços tecnológicos definem novo perfil para os jovens que ingressarão no mundo do trabalho. Diante desse pressuposto, volta-se para uma educação capaz de desenvolver as potencialidades física, cognitiva, afetiva, ética, estática, de Inter- relações pessoal e de interação social dos estudantes por meio de uma prática pedagógica que amplie o horizonte cultural da comunidade escolar nos diversos tipos de linguagens, habilitando-os com as competências necessárias que lhes permitem o exercício constante de cidadania.

 **2.4.7. Grade Curricular**

Na sala do AEE, a Grade Curricular e o Regime Escolar segue o que vem do Estado, a GRE- Gerência Regional do Estado faz adaptações superficiais para atender a clientela. A escola enquanto espaço de inovação e construção do conhecimento para uma educação com cidadania ativa vivencia um currículo voltado para o respeito à diversidade, coerente com o contexto social da comunidade escolar, sob o amparo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, porém sem deixar de ser flexível no sentido de proporcionar aos estudantes o conjunto de conhecimento elaborados e a competência de geri-los. Para tanto, desenvolve uma dinâmica que busca a valorização do conhecimento prévio, relacionando-o com as mudanças que ocorreram no processo ensino aprendizagem, de forma contínua e processual, diagnóstica, somativa, formativa e emancipadora, referendada pela a participação efetiva de todos os que compõem esta Unidade de Ensino partindo de um processo de avaliação e auto- avaliação em consonância com os objetivos propostos neste documento, na perspectiva de redimensionamento da prática educativa quando necessário, garantindo a efetivação das ações da escola. Ao considerar a diversidade das formas de aprender é necessário oferecer formas diferentes de ensinar, o que leva necessariamente à reflexão das práticas pedagógicas e a definição das teorias que indiretamente servem de sustentação para as novas concepções de ensino, é possível interferir de forma positiva no contexto social adverso no qual se encontra inserida a Escola.

**2.4.8. Síndromes e Transtornos**

Cegueira: A cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente. Pode ocorrer desde o nascimento (cegueira congênita), ou posteriormente (cegueira adventícia, usualmente conhecida como adquirida) em decorrência de causas orgânicas ou acidentais. Em alguns casos, a cegueira pode associar-se à perda da audição (surdo cegueira) ou a outras deficiências. Muitas vezes, a perda da visão ocasiona a extirpação do globo ocular e a consequente necessidade de uso de próteses oculares em um dos olhos ou em ambos. Se a falta da visão afetar apenas um dos olhos (visão monocular), o outro assumirá as funções visuais sem causar transtornos significativos no que diz respeito ao uso satisfatório e eficiente da visão. (Sá, Campos, Silva, 2007)

Surdez: De acordo com o Decreto 5626/2005 Art. 2o: (...) considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio das experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais –LIBRAS.

Deficiência Intelectual: De acordo com a Lei nº 13.146/ 2015 Art. 2º considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

**Considerações Finais**

  Durante o período de estágio não foi feita nenhuma intervenção, somente observação da prática pedagógica dos professores da sala de AEE. A sala estava passando por uma reforma por causa de um acidente com a fiação que pegou fogo, por isso não estava organizada da maneira que deveria. Segundo as professoras, a sala disponibiliza de materiais lúdicos e pedagógicos necessários para o atendimento dos alunos, mas durante o período que estive lá não vi nenhum material como jogos pedagógicos sendo utilizados. Como foi dito anteriormente, está impregnado a cultura de que a sala de AEE serve como reforço escolar, onde os alunos querem que as professoras que ali estão os ajudem com suas atividades de casa, outros esperam que entreguem as respostas prontas para eles apenas copiarem no caderno. Outro fato observado foi que os professores das classes comuns de ensino não disponibilizam o plano de aula para as professoras de AEE o que dificulta ainda mais o trabalho delas. Pois, alguns alunos possuem dificuldades em determinadas disciplinas, não conseguem acompanhar a turma e por vezes não terminam de copiar o assunto. Dessa forma, o atendimento fica de certa forma limitado. Assim, o plano de aula é somente feito pelas professoras de AEE, elas não contam com a parceria dos professores do ensino regular e nem com as famílias como consta na Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009. Art. 9º. Sabe-se que alunos de outras escolas também são atendidos nessa sala, assim como todos os alunos da mesma que necessitam, quanto as adaptações curriculares, vem do Estado, a GRE- Gerência Regional do Estado que faz as adaptações superficiais para atender a clientela, mas também não pude ter acesso. No PPP nada consta sobre a Sala de AEE, adaptações curriculares, tais como conteúdo, objetivos, recursos, procedimentos metodológicos e avaliativos. Também nada consta sobre as especificidades do trabalho pedagógico do professor e da equipe pedagógica da escola em relação aos princípios da Educação Inclusiva. O Plano de aula foi feito, mas não foi realizado. Muitas são as contradições decorrentes das condições e atuação do professor, dentre elas destaca-se a importância dos jogos e brincadeiras como método pedagógico eficaz para uma aprendizagem significativa, o que não foi utilizado em momento algum durante o período de estágio.

Para Kishimoto (2003), o trabalho pedagógico deverá utilizar os jogos educativos como recurso didático-pedagógico, promovendo a aprendizagem e desenvolvendo todas as potencialidades e habilidades nos alunos. No entanto não se deve oferecer o jogo como forma de preenchimento do tempo, esse deve ser praticado de forma construtiva e não como uma série de atividades sem sentido, tendo como objetivo o desenvolvimento de capacidades físicas e intelectuais, não esquecendo a importância da socialização. Os professores da sala de AEE devem conhecer seus alunos e saber de suas dificuldades, para que assim facilite o seu planejamento, e que o mesmo possa conter atividades lúdicas. Por vezes, o planejamento está pronto, mas não é aplicado no atendimento com os alunos, além disso, tem alunos que não vão para o atendimento, outros vão e ficam conversando ou saindo da sala toda hora. Percebo que alguns alunos não acham nem um pouco atrativo estar ali, por isso tanto eles quanto suas famílias não dão valor a importância da sala de recursos multifuncionais na vida desses alunos com deficiência. O atendimento no AEE deve se articular com a proposta da escola comum, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula do ensino regular, e não pode caracterizar-se como um espaço de reforço escolar ou complementação das atividades escolares, mas por vezes ela é usada para sala de bate papo, reforço escolar, ou o lugar onde os alunos encontram respostas prontas.

É importante que o AEE esteja articulado com as propostas pedagógicas do ensino comum, tendo em vista a relevância desse atendimento que atua de forma complementar e/ou suplementar ao ensino regular. Dessa forma, o AEE deve constar no Projeto Político Pedagógico da escola, sendo uma ação de toda a comunidade escolar e não uma ação isolada do professor especializado. É sempre bom salientar a importância da articulação do trabalho do professor do ensino regular e do professor do AEE, tendo em vista que ambos trabalham com o mesmo aluno.

O Estágio Curricular – Educação Especial contribui para minha formação profissional, pois foi a partir dele que pude ver a teoria e a prática de como é trabalhar em uma sala de AEE, quais os recursos e materiais que ela deve disponibilizar e qual o papel do professor nessa função tão importante e transformadora. Para trabalhar com pessoas deficientes é necessário muito amor por elas e pelo que faz. É preciso olhá-los com respeito e com igualdade, acreditando que todos são capazes de desenvolver suas competências e habilidades independente de suas limitações, possibilitar isso aos alunos, ver a evolução deles não tem preço e nem palavras para descrever a gratificação que é. Pude notar também que muitas são as contradições e incoerências e cabe a nós abraçar a causa e buscar fazer a diferença, utilizando os poucos recursos e materiais para fazer um trabalho diferenciado e completamente lúdico com esses alunos, é importante também sempre lembrar da essencialidade dos jogos e brincadeiras como recurso para se alcançar os objetivos traçados para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo desses indivíduos. Dessa forma, torna-se indispensável que todas as unidades escolares aprimorem suas práticas buscando um ensino de qualidade justo e humanitário encontrando meios apropriados e suficientemente flexíveis, facilitando assim o desenvolvimento do educando com deficiência. Só se pode investir na aprendizagem de um sujeito quando acreditam nas suas potencialidades, desejando que essas aflorem e se tornem aliadas desse sujeito na busca de um estilo próprio para estar no mundo. Esse olhar possibilita ao aluno sair de um possível lugar de não saber para um lugar de sujeito em processo de aprendizagem, tanto na vida quanto na escola.

Ressaltando ainda que, para que a educação inclusiva ocorra é necessário que se tenha consciência de que ela não acontece sozinha. É dever da escola estar pronta a garantir as condições necessárias para o desenvolvimento do ser, vencendo barreiras, superando preconceitos e valorizando as potencialidades dos educandos, dessa forma os seres humanos, enquanto ser socializador, agentes ativos devem promovê-la. O estudo tem como justificativa a oportunidade de reflexão na busca de torná-la acessível a todos, cientificamente o estudo proporcionou a superação de lacunas e o aprofundamento do conhecimento na área.

**Referências Bibliográficas**

Almeida**,** Marina da Silveira Rodrigues. **DEFICIÊNCIA INTELECTUAL OU ATRASO COGNITIVO?** Disponível em: <http://psicopedagogavaleria.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=43:deficiencia-intelectual-ou-atraso-cognitivo&catid=1:artigos&Itemid=11>. Acesso em 31 agosto 2016.

ALVES, Marcia Doralina. GUARESCHI, Taís. **MÓDULO II - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE).** Disponível em: <http://elaineaee.blogspot.com.br/2011/10/atendimento-educacional-especializado.html>. Acesso em 28 agosto 2016.

BERSCH, R. de C. R.; PELOSI, M.B. **Portal de ajudas técnicas para a educação: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: tecnologia assistiva: recursos de acessibilidade ao computador**. Brasília: ABPEE - MEC/SEESP, 2007.

BRASIL, decreto n° 5.296/204 de 02 de dezembro de 2004, **que estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras** **providencias.** Brasília 03 de dezembro de 2004.

BRASIL, Decreto n°3.298 de 20 de dezembro de 1999**, dispões sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as Normas de Proteção, e dá outras providencias.** Brasília 20 de dezembro de 1999.

BRASIL, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, **que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Brasília 22 de dezembro de 2005.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, **que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília 6 de julho de 2015.

BRASIL. Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado**.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. In: Secretaria de Educação Especial/Ministério da Educação**. Inclusão: Revista da Educação Especial. V.4, n.1. Brasília, MEC/SEESP, 2008.

FÁVERO, A.G. **Educação Especial: tratamento diferenciado que leva à inclusão ou à exclusão de direitos**? In: FÁVERO, A.G.; PANTOJA, L.de M.P.; MANTOAN, M.T.E. Atendimento Educacional Especializado: aspectos legais e orientação pedagógica. Brasília, MEC/SEESP, 2007, p.13-22.

IFRS. **Processo de Acessibilidade Virtua**l. Disponível em: <http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201161510199578deficiencia_intelectual.pdf>. Acesso em 30 agosto 2016.

MEIRELES, Cristiane. **COMO FAZER O PLANO DE AÇÃO PEDAGÓGICA E O PLANO DE AÇÃO INDIVIDUAL PARA O AEE**. Disponível em: http://saladerecursosceciliameireles.blogspot.com.br/p/plano-de-aula.html. Acesso em 30 agosto 2016.

Patrícia. **O LÚDICO COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**. Disponível em: <http://aeeufcpatricia.blogspot.com.br/2013/10/o-ludico-como-recurso-pedagogico-no.html>. Acesso em 28 agosto 2016.

RODRIGUES, Cinthia. **Formas criativas para estimular a mente de alunos com deficiência**. Revista nova escola. Edição 223, jun. 2009. Disponível em: <http://revistaescola.Abril.Com.Br/inclusao/educacao-especial/formas-criativas-estimularmente-deficientes-intelectuais-476406.Shtml>. Acesso em 31 agosto 2016.

SÁ, Elizabet Dias de. CAMPOS, Izilda Maria de. SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado. Deficiência Visual**. SEESP/SEED/MEC. Brasília/DF, 2007.

 Sartoretto, Mara Lúcia. Bersch, Rita. **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO- AEE.** Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/aee.html>. Acesso em 29 agosto 2016.

Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo**. O que é AEE?** Disponível em: <http://www.educacao.saobernardo.sp.gov.br/index.php/secretaria/educacao-especial/1668-> Acesso em 31 agosto 2016.

**Anexos**

**PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**

1. **CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO**

Alunos que apresentam Dificuldade Intelectual (D.I) apresentam atraso no desenvolvimento cognitivo e na aprendizagem. Quanto ao estágio de desenvolvimento da língua escrita, apresenta constante dificuldade, em alguns casos reconhece poucas letras do alfabeto e alguns ainda não sabem fazer o seu nome sozinho. Além da escrita, a dificuldade na coordenação motora é algo notório no desenvolvimento desses alunos, notando-se a complexidade dos mesmos em realizar movimentos práticos, como cortar ou dançar. Tais problemas acabam interferindo na interação desses sujeitos, tornando-os sujeitos mais introspectivos, atrapalhando na interação com o outro. A pessoa com deficiência intelectual tem, como qualquer outra, dificuldades e habilidades. Seu tratamento consiste em reforçar e favorecer o desenvolvimento dessas habilidades e proporcionar o apoio necessário às suas dificuldades (APAE SP, 2008).

1. **JUSTIFICATIVA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO NA INSTITUIÇÃO**

A escolha da intervenção justifica-se na necessidade do reforço da leitura dos alunos com Deficiência Intelectual (D.I.), além do que falta de compreensão da função da escrita como representação da linguagem é uma das características comuns em pessoas com Deficiência Intelectual (D.I.). Essa imaturidade do sistema neurológico pede estratégias que servem para o indivíduo desenvolver a capacidade de relacionar o falado com o escrito. Para ajudar, o professor necessita enaltecer o uso social da língua usando ilustrações e fichas de leitura.

O AEE apresenta-se como um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos.

Espera-se que os alunos tenham melhor rendimento escolar, domine o processo da escrita, adquira competências e habilidades para o crescimento pessoal, social e educacional. Desenvolvendo seu processo de cognição, memorização e atingindo a percepção de utilizar a leitura no cotidiano de maneira coerente e estruturada para tornar-se um cidadão independente em sua vida futura.

1. **OBJETIVOS**
	1. **GERAL:**

Proporcionar aos alunos atividades lúdicas que supere suas dificuldades cognitiva, social, motora e atingindo a percepção de utilização da leitura no cotidiano de maneira coerente e estruturada para tornar-se um cidadão independente em sua vida futura.

* 1. **ESPECÍFICOS:**
* Estimular o desenvolvimento cognitivo através de jogos, músicas e imagens coloridas dos livros;
* Despertar o interesse pela leitura e escrita correta;
* Ampliar as habilidades de memorização;
* Aperfeiçoar as potencialidades de atenção e concentração;
* Trabalhar com letras móveis, para relacionar a imagem com a letra inicial e a palavra;
1. **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada no projeto foi um estudo de campo, a fim de realizar a intervenção pedagógica, tendo como campo de estudo a Escola Professora Adelina Almeida, onde os sujeitos da pesquisa foram os alunos com D.I. tendo como objetivo proporcionar aos mesmos atividades lúdicas que auxiliem no processo de aprendizagem. Trabalhando em cima das necessidades motora, cognitiva e social acreditando que por meio da leitura é possível permitir aos alunos um olhar diferenciado sobre o exercício da mesma, assim auxiliando no processo de formação desses sujeitos tornando-os cidadãos independentes e pensantes.

* 1. **ELABORAÇÃO DE ATIVIDADES**

Cada aula possui 50 minutos de duração, aproveitar esse tempo para tornar o atendimento o mais lúdico e atrativo possível. Realizando brincadeiras de adivinhações, depois colar as adivinhas no cartaz, aproveitando a oportunidade será solicitado que os alunos soletrem corretamente as palavras, pois assim eles estarão exercitando o que está sendo aprendido. Caça-palavras, músicas em forma de dinâmica que trabalhem a musculatura do corpo, leitura de imagem com livros ilustrados e coloridos, conto e reconto de histórias clássicas, jogo da memória, trilha dos numerais, jogo da forca, boliche, cartilhas, formar palavras com o alfabeto móvel.

* 1. **RECURSOS**

Humanos - Música - Canetas - Papel sulfite – Lápis- Jogos- Livros ilustrados e coloridos- Alfabeto móvel- Caça-palavras; Pen-drive; Caixa de som; Livros; Garrafa pet; Bola; cartilha de palavras;

1. **CRONOGRAMA**

Essa proposta será desenvolvida num período de seis meses, sendo um encontro por mês. A escola escolheu o dia de quarta-feira para ser executado, respeitando e favorecendo a rotina da instituição.

**PLANO DE AULA**

1. **IDENTIFICAÇÃO**
2. **ESTAGIÁRIO:** Noilma Pereira Santos
3. **ESCOLA:** Escola Professora Adelina Almeida
4. **DISCIPLINA:** Português
5. **TURMA:** Fundamental II e Ensino Médio
6. **SALA:** Sala de Atendimento Educacional Especializado- AEE
7. **PROFESSOR REGENTE:** Professora Sandra
8. **HORÁRIO DE AULA:** 10h às 10h50min.; 10h50min às 11h40min;
9. **CONTEÚDO:**

Jogos e brincadeiras para memorização da sequência alfabética;

Caça palavras com figuras de uma mesma família, tipo frutas, animais, etc.

1. **OBJETIVOS**
* Utilizar os jogos e brincadeiras como estratégias metodológicas e pedagógicas;
* Proporcionar a aprendizagem através de materiais concretos e de atividades práticas;
* Estimular à construção de um novo conhecimento com o desenvolvimento de novas habilidades;
* Desenvolver a imaginação, a confiança, a autoestima, o autocontrole e a cooperação;
* Proporcionar o aprender fazendo, o desenvolvimento da linguagem, o senso de companheirismo e a criatividade;
1. **SINTÉSE DO ASSUNTO**

Considerando-se que o indivíduo com deficiência intelectual apresenta limitações em assimilar conteúdos abstratos, é imprescindível a utilização de material pedagógico concreto, estratégias metodológicas práticas para que esse aluno desenvolva suas habilidades cognitivas e para facilitar a construção do conhecimento. Assim, os jogos e brincadeiras tornam-se métodos pedagógicos que apresentam as duas características acima citadas. Proporcionam a aprendizagem através de materiais concretos e de atividades práticas, onde o indivíduo cria, reflete, analisa e interage com seus colegas e com o professor. Partindo dessa concepção, este material aborda primeiramente as teorias do desenvolvimento e da aprendizagem propostas por Piaget e Vygotsky, destacando a contribuição do jogo para esse desenvolvimento, segundo a opinião desses dois pesquisadores.

Os jogos e brincadeiras ao serem usados na prática pedagógica, transformam conteúdos maçantes em atividades interessantes e prazerosas, pois com os mesmos há motivação, disciplina e interesse pelo que está sendo ensinado. Porém, o professor deve estar consciente de que os jogos ou brincadeiras pedagógicas devem ser desenvolvidos como provocação a uma aprendizagem significativa e estímulo à construção de um novo conhecimento com o desenvolvimento de novas habilidades. Pensar na atividade lúdica enquanto um meio educacional significa pensar não apenas no jogo pelo jogo, mas no jogo como instrumento de trabalho, como meio para atingir objetivos pré-estabelecidos. O jogo pode ser útil tanto para estimular o desenvolvimento integral como para trabalhar conteúdos curriculares.

Os jogos e brincadeiras para alunos com deficiência intelectual constituem atividades primárias que trazem grandes benefícios do ponto de vista físico, intelectual e social. Pois, através dos jogos e brincadeiras o aluno com deficiência intelectual pode desenvolver a imaginação, a confiança, a autoestima, o autocontrole e a cooperação. Os jogos e brincadeiras proporcionam o aprender fazendo, o desenvolvimento da linguagem, o senso de companheirismo e a criatividade.

 A falta de compreensão da função da escrita como representação da linguagem é outra característica comum em quem tem deficiência intelectual. Essa imaturidade do sistema neurológico pede estratégias que servem para os alunos desenvolverem a capacidade de relacionar o falado com o escrito. Segundo Emília Ferreiro, a construção do conhecimento da leitura e da escrita tem uma lógica individual, na escola ou fora dela. No processo de aprendizagem a criança passa por etapas com avanços e recuos, até dominar o código linguístico. O tempo para o aluno transpor cada uma das etapas é bem variado. Duas consequências importantes a ser respeitada em sala de aula é: respeitar a evolução de cada criança e compreender que o desempenho mais vagaroso não significa que a mesma seja menos inteligente. A aprendizagem não é provocada pela escola, mas pela própria mente das crianças, elas chegam a seu primeiro dia de aula com conhecimento, cabe ao professor da sala de AEE aproveitar esse conhecimento prévio para estimular e provocar novas descobertas e aprendizagens tanto no campo da leitura e escrita quanto nas demais áreas.

1. **DESENVOLVIMENTO DA AULA**

**Encontro I**

**INTRODUÇÂO**

A aula iniciou com a dinâmica da memorização de nome e gestos, o aluno ao se apresentar para a professora, diz seu nome e realiza um gesto que o caracterize, o segundo deve falar seu nome, um gesto que o caracterize, repetir o nome do colega anterior e o gesto que ele realizou e assim sucessivamente.

**DESENVOLVIMENTO**

Ao termino da dinâmica de apresentação, foi cantado com os alunos a música do abecedário da Xuxa, apresentado no quadro a ordem alfabética e em seguida proposto aos alunos a utilização do jogo abecedário móvel onde se trabalhou a alfabetização, memorização da sequência alfabética, ordenação e sequência de letras, aquisição de conceitos de antes e depois, atenção e concentração. Foi oferecido as peças ao aluno para que ele descubra que o encaixe das peças resulta na composição do alfabeto. Perguntar qual a letra que vem antes do M, depois do H, assim por diante.

**Encontro II**

**INTRODUÇÃO**

O atendimento iniciou com a leitura da parlenda “Olha o sapo”, os alunos lerem e decoraram a parlenda como forma de música.

**DESENVOLVIMENTO**

Ao termino da leitura da parlenda, foi proposto a atividade de quebra-palavras, onde os alunos receberam fichas com imagens e palavras que foram retiradas do texto, os alunos deveriam completar o texto que estava com palavras faltando e relacionar as palavras aos desenhos. A atividade teve como objetivo estimular a leitura e escrita de palavras, percepção visual e convívio com material letrado.

**AVALIAÇÃO**

 A observação e a avaliação dos alunos serão realizadas durante toda a execução de forma contínua, verificando-se os resultados que vão sendo alcançados, reestruturando os objetivos, se necessário. O processo avaliativo será realizado mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento individual do aluno, será realizado por meio de observação, envolvimento e participação dos alunos nas atividades oferecidas e mudanças de comportamento e atitudes principalmente no que se refere ao desempenho cognitivo, motor, social e emocional.

1. **RECURSOS**

Figuras de animais; frutas; ou palavras com a mesma inicial; cartolina; tesoura; cola; lâminas de plástico tiradas de garrafas de água sanitária; papel cartão; canetas coloridas;

1. **REFERÊNCIAS**

ESCUDEIRO, Ana Caroline, etial. **Psicologia da Aprendizagem: Método de Ensino Emilia Ferreiro**. Disponível em; https://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/psicologia-da-aprendizagem-metodo-de-ensino-emilia-ferreiro © Psicologado.com. Acesso em 29 agosto 2016.

MAFRA, Sônia Regina Corrêa**. O Lúdico e o Desenvolvimento da Criança Deficiente Intelectual.** Disponível em: <https://jucienebertoldo.files.wordpress.com/2013/03/o-lc3badico-e-deficiente-intelectual.pdf>. Acesso em 30 agosto 2016.

1. **APÊNDICES**
2. **ANEXOS**